

**OLHAR FUNDAMENTALISTA NO CONTEXTO DA BIOPOLÍTICA  
CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS ARTICULAÇÕES COM AS IDEIAS DO  
PENSAMENTO SISTÊMICO**

**Geraldo Antônio da Rosa**  
**Eliana Maria do Sacramento Soares**  
**Carlos Roberto Sabbi**

**1 INTRODUÇÃO**

A discussão político-ideológica, quer aconteça entre cidadãos, quer seja pela via da mídia, apresenta-se, na maioria das vezes, com uma boa dose emocional servindo aos interesses de uma racionalidade instrumental e, raras vezes, com uma dose de racionalidade emancipatória. O debate, via de regra, é feito com base em suposições ou em notícias da mídia, as quais, geralmente, não possuem uma base confiável, uma vez que se encontram comprometidas com a manutenção do *status quo*. É comum predominar a intolerância, fazendo com que a inteligência dos sujeitos seja contida, tornando os debates pouco produtivos.

Na verdade, no senso comum, é muito natural que isso aconteça com todos os tipos de comentário. Nesse ambiente, as pessoas não costumam ser responsáveis para com elas próprias e, exatamente por isso, há uma dose considerável de desprezo por todo tipo de discussão nessa atmosfera. Nesse contexto, acontecem processos educacionais formais de grande parte do contingente populacional que assume uma postura de passividade.

Porém, há outro e significativo aspecto que envolve os embates políticos e ideológicos, que é exatamente um dos focos deste texto, ou seja, como os extremos são alcançados facilmente. As posições acabam se tornando fundamentalistas, não as de caráter religioso, mas as que, modernamente, começam a ser definidas, quando se apresentam atitudes de intransigência ou rigidez na obediência de determinados princípios ou regras.

Parece que o comportamento humano, em determinadas situações, é determinado pelos vícios, tal como os jogos, já que mesmo não havendo

nenhum elemento químico presente, as pessoas viciam-se com relativa facilidade e, assim, tornam-se dependentes. Exatamente de forma similar aos jogos, a reação, em política e em ideologias, é anômala em comparação aos seus demais comportamentos, e as pessoas se transformam em indivíduos intolerantes, intransigentes, que se apoderam da verdade como se fossem donos dela. Em outros termos, possui um efeito devastador, da mesma forma que o vício provoca.

Este ensaio não tem a pretensão de elucidar esse tipo de comportamento, nem estabelecer uma discussão fundamentada no paradigma comportamentalista, mas com base nele – até porque ele é público, porém nem sempre é notório –, salientando como o debate, via de regra, está calcado em bases frágeis, se deslocando facilmente para o radicalismo, e o entendimento, geralmente, é sempre muito intrincado.

Sob uma ótica mais extremista, há ainda os fundamentalistas islâmicos no meio dos quais se encontram grupos terroristas que procuram impor o seu ponto de vista religioso, cujos limites são tênues entre a religião e a política. Este estudo terá como foco o comportamento generalizado, comum à maioria dos cidadãos, como já foi definido, sob uma postura fundamentalista, em tempos de biopolítica na contemporaneidade.

## **2 HORIZONTES PARA SE PENSAR O MUNDO NA CONTEMPORANEIDADE: MOVIMENTOS POR MEIO DO SOCIALISMO OU DE UM CAPITALISMO NEOLIBERAL**

Este texto busca refletir sobre possíveis horizontes para melhor pensar o mundo na contemporaneidade, tendo como referencial práticas e experiências concretas advindas de um socialismo real e do capitalismo neoliberal. Dentre esses pensamentos e práticas socialistas e neoliberais, mesmo quando a esquerda está no poder, de certa forma, não são possíveis de observar mudanças significativas.

Baquero comenta:

A expectativa de que a chegada de governos de esquerda ou centro-esquerda daria um novo matiz, com justiça social às relações sociais do país não tem se materializado. O sistema político implantado está longe de atender equitativamente às demandas sociais da maioria da população. As esperanças produzidas pelo processo de transição para a democracia no Brasil também não se plasmaram. A história tem mostrado que, apesar deste aspecto procedimental ser necessário para começar a fortalecer o processo democrático, não é suficiente para falar em justiça social, se por progresso democrático se entende a dimensão social. Para falar de um regime desta natureza, são necessários outros elementos, por exemplo, possuir práticas políticas participativas na cultura política

da cidadania, simultaneamente com a construção de uma rede institucional forte que regule a vidapolítica e que se constitua no espaço por excelência da tomada de decisões. (2008, p. 388).

Assim, enquanto os cidadãos debatiam-se com as ideologias, o grande programa social do governo de esquerda era exatamente assumir e aprofundar o programa Bolsa-Família, idealizado e implantado pontualmente no governo anterior ao do presidente Lula, o seu maior oponente, o presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa Bolsa-Família nasceu da junção de diversos programas sociais que foram implantados e que foram repartidos entre os mais diversos Ministérios. O objetivo da concentração em um único programa social era tornar possível a simplificação e a eliminação de disputas internas entre os Ministérios, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Singer, um cientista político, lança a seguinte análise sobre os que dependiam de determinados programas sociais, como o Bolsa-Família:

Eles são [...] um subproletariado que compreende quase a metade — 48% — da população, movido por duas emoções principais: a esperança de que o Estado possa moderar a desigualdade, e o medo de que os movimentos sociais possam gerar a desordem. (2009, p. 83).

Singer diz, em outros termos, que a volubilidade é um fantasma para os pobres, por qualquer meio que ela se apresente, como uma guerra e a inflação que corrompe os salários, etc. Sobre o governo Lula, ele fez, dentre outras, a seguinte análise:

Na prática ocorreu algo como um "semitransformismo". Os quadros do PT que anteriormente defendiam o programa "intensamente reformista" se tornaram agentes de um reformismo fraco, comprometidos com a decisão de não causar a radicalização que pregavam na origem. (2012, p. 32).

Fica claro que Singer conclui que, na prática, houve uma adaptação aos novos tempos, sendo que a responsabilidade, a partir de então, era a da governabilidade, não mais expressando conceitos oposicionistas de outrora.

Por outro lado, o regime democrático brasileiro tem demonstrado uma enorme fragilidade, e uma prova contundente dessa afirmativa foram os dois processos de *impeachment* de presidentes da República (Fernando Collor de Mello em 1992 e o de Dilma Rousseff em 2016). E, sob a ótica dessa análise, não importa se os culpados eram presidentes ou se foi um exagero dos demais poderes constituídos.

A democracia, em si, já tem suas próprias fraquezas. Carvalho et al. comenta sobre outra faceta desse assunto:

Por sua vez, o sucesso do capitalismo chinês liderado pelo que chamaram de comunismo é um sinal abominável de que o casamento entre capitalismo e democracia é facilmente rompível. Somos comunistas em apenas um sentido: importamo-nos com os bens comuns, da natureza e do conhecimento, que estão sendo ameaçados. (2016, p. 25).

A partir dessa citação, os autores concluem que é exatamente nesse contexto que surge a importância do Estado. O fato é que entre o interesse pelo lucro e o desejo inefável pelo poder, existe uma soma de forças perversas ao bem comum, cuja tendência é a de que tudo fique à mercê dessas malevolências. E a leitura que se pode fazer, no Brasil, é que, se, de fato, a cultura da corrupção é tudo o que a mídia tem exposto, então, a pseudodemocracia brasileira é apenas um meio, um caminho para o comando da malignidade que nele impera.

Mesmo com os escândalos denunciando uma quantidade significativa de políticos envolvidos com corrupção, dos mais diversos partidos, representando ideologias de esquerda ou de direita, ainda assim, o tipo de debate que tem prevalecido tem sido o das críticas cruzadas entre os defensores de seus partidos ou ideologias políticas. O foco do problema, no caso a corrupção, tem permanecido num segundo plano. Mesmo que, do ponto de vista ético, não se tolere, do ponto de vista prático, em nível de senso comum, existe certa naturalização, além de não ter faltado tentativas de descriminalizar algumas ações, como, por exemplo, a prática de caixa dois.

De qualquer forma, programas sociais, como o Bolsa-Família, estão no cerne de muitas discussões sobre o papel do Estado. A respeito disso, Carnoy faz um comentário pontual:

O enfoque recai em menor grau na capacidade do Estado para fortalecer recursos que mantenham ou desenvolvam a acumulação do capital de monopólio do que em sua capacidade para cumprir o seu compromisso com os cidadãos que, em termos gerais, compreendem a classe trabalhadora - portanto, um enfoque que se centra menos na relação entre o Estado e a taxa decrescente de lucro que causa uma crise fiscal, e mais na relação da crise com os movimentos sociais e: por sua vez, em seu efeito sobre o Estado. (1988, p. 311-312).

No centro das discussões, a partir desse autor, a discussão se polariza sobre o papel do Estado que, de um lado, fortaleça a acumulação de capital de monopólio, deixando para um segundo plano o seu compromisso de incrementar políticas, que beneficiem a classe trabalhadora. Entretanto, dessa

situação nasce um paradoxo, uma vez que, com a taxa decrescente de lucro, gera uma crise fiscal e, por conseguinte, das bases surge uma pressão por parte das classes e dos movimentos sociais, em relação ao papel do Estado. Acerca dessa questão, somos colocados diante de um dilema: Que Estado queremos?

Esping-Andersen (1991) destaca que, como legado da economia política clássica, há duas questões que norteiam a maioria dos debates sobre o Welfare State: a primeira é: O Welfare State pode modificar essencialmente a sociedade capitalista? A segunda: Quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do Welfare State?

Esping-Andersen, ainda sobre essas questões, que não são recentes, observa que foram elaboradas já pelos economistas políticos do século XIX, cem anos antes de se poder dizer, com propriedade, que já existia um Welfare State. Uma das tônicas muito comuns entre os economistas políticos clássicos de convicções liberais, conservadoras ou marxistas é que, desde aquele tempo, se inquietavam com o relacionamento entre capitalismo e bem-estar social. Naturalmente, responderam a ele de formas distintas, mas seus diagnósticos afluíram para o relacionamento entre mercado (propriedade) e Estado (democracia).

Cada vez mais, porém, está se configurando um Estado que parece ser de intolerância e conservadorismo generalizados com o estado das coisas, e isso se reflete no próprio processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff e mais saliente se mostrou na eleição do presidente dos EUA, Donald Trump, dentre outros reflexos. O estilo "fanfarrão" do novo presidente americano, até então inimaginável em um candidato eleito, quebra paradigmas e promete modificar radicalmente muitas coisas. Esse discurso parece refletir no desejo do eleitor, que se encontra envolvido por uma onda de neoconservadorismo<sup>2</sup> que vai de Norte a Sul do nosso planeta.

Ainda: notícias como: "Trump tacha a OTAN de 'obsoleta' e preocupa líderes europeus"<sup>3</sup> passaram a ocupar os jornais do mundo inteiro, após sua eleição. Outra notícia apresenta uma incógnita: "O que ele vai fazer com o mundo?"<sup>4</sup> A manchete faz referência ao fato de que, às vésperas de assumir a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump protagoniza uma série de confusões envolvendo de Hollywood até a China. Diz, ainda, que com o mesmo tom agressivo usado na campanha, ele chegou a comparar os tempos atuais à Alemanha nazista. Em se tratando de um dos homens mais poderosos do Planeta, pela liderança geopolítica dos EUA, o significado das suas palavras e o

---

<sup>1</sup>O conceito de *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, é pensado em uma ideia de que o ser humano detém direitos indissociáveis à sua existência na sua condição de cidadão, os quais são os próprios direitos sociais. (Nota do autor).

<sup>2</sup>Organização do Tratado do Atlântico Norte.

<sup>3</sup>Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/trump-tacha-otan-de-obsoleta-e-preocupa-l%C3%ADderes-europeus/a-37143458>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>4</sup>Disponível em: <<http://istoe.com.br/o-que-ele-vai-fazer-com-o-mundo/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

seu comportamento são muito impactantes para o mundo, já que ele serve de referencial para outros líderes, presidentes de nações.

O fato é que a economia mundial tenta se reequilibrar depois de momentos difíceis, mas o ponto mais nevrálgico não só continua como tende a piorar, que é o da desigualdade social. A propósito disso, a Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam)<sup>5</sup> divulgou um novo relatório,<sup>6</sup> em Davos, o qual aponta para o aumento da desigualdade extrema. Ele dá conta de que apenas oito homens possuem a mesma riqueza que os 3,6 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre da humanidade.

E não é só isso. O documento da Oxfam tem por título: "Uma economia humana para os 99%". O mesmo mostra que a diferença entre ricos e pobres cresce a cada nova edição do estudo, numa velocidade muito maior do que se previa inicialmente. Os 50% mais pobres da população mundial detêm menos de 0,25% da riqueza global líquida. Nesse grupo, cerca de 3 bilhões de pessoas vivem abaixo da "linha ética de pobreza" definida pela riqueza que permitiria que as pessoas tivessem uma expectativa de vida normal de pouco mais de 70 anos.

Esse mesmo relatório enfatiza a conjuntura das mulheres que, muitas vezes empregadas em funções com menores salários, assumem uma quantidade desproporcional de afazeres em relação à remuneração auferida. Esse mesmo relatório, apresentado no Fórum Econômico Mundial (2016), destaca aspectos relacionados às dessemelhanças de gênero e estima que serão necessários 170 anos, aproximadamente, para que as mulheres ganhem salários análogos aos dos homens. De acordo com o documento, "as mulheres ganham de 31% a 75% menos do que os homens no mundo". A respeito dessa reflexão, o documento ainda destaca:

Os números da desigualdade foram extraídos do documento Credit Suisse Wealth Report 2016. Segundo a organização, 1 em cada 10 pessoas no mundo sobrevive com menos de US\$ 2 por dia. No outro extremo, a ONG prevê que o mundo produzirá seu primeiro trilhadrário em apenas 25 anos. Sozinho, esse indivíduo deterá uma fortuna tão alta que, se ele quisesse gastá-la, seria necessário consumir US\$ 1 milhão todos os dias, por 2.738 anos, para acabar com tamanha quantia de dinheiro. O discurso da Oxfam em Davos também mostrará que 7 de cada 10 pessoas vivem em países cuja taxa de desigualdade aumentou nos últimos 30 anos. "Entre 1988 e 2011, os rendimentos dos 10% mais pobres

---

<sup>5</sup> Hoje, a Oxfam é uma confederação de 20 organizações que atua em 94 países pelo fim da pobreza e desigualdade. *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome). (Nota dos autores).

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/8-homens-tem-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-do-mundo>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

aumentaram em média apenas 65 dólares (US\$ 3 por ano), enquanto os rendimentos dos 10% mais ricos cresceram uma média de 11.800 dólares – ou 182 vezes mais”, aponta o documento.<sup>7</sup>

Um dos aspectos mais impressionantes desse discurso da Oxfam é de que tem havido um crescimento econômico, mais precisamente no rendimento das pessoas, mas, ao mesmo tempo, o distanciamento entre pobres e ricos continua aumentando – um crescimento 182 vezes maior, por parte dos 10% mais ricos, em relação aos 10% mais pobres, entre os anos de 1988 e 2011– que até poderia ser aceito caso não existisse um fosso tão brutal de concentração de riqueza entre uma minoria que domina e uma maioria oprimida e se a dignidade da cidadania dos 10% mais pobres não fosse um escândalo e uma vergonha para a humanidade.

Não fosse esse quadro dramático de pobreza, pouco se teria para questionar sobre a riqueza concentrada em poucas pessoas, já que, teoricamente, ao menos, ela decorre do mérito e do trabalho, dentro de uma visão de oficialidade. Entretanto, aí entra outra discussão sobre a meritocracia,<sup>8</sup> quando, sobre isso, socialistas e neoliberais travam fortes discussões. Aliás, o quadro é muito complexo, pois há muitas outras questões a serem consideradas, como, por exemplo: Até que ponto os poderosos conseguem influenciar nas decisões governamentais? Se for incluída a corrupção, para citar só um aspecto, aí os debates se tornariam, mercedamente, mais acalorados.

De qualquer forma, há defensores dos mais ricos, pois, com seu esforço, ofereceriam, em tese, maiores e melhores empregos, fato que não seria possível sem sua existência. Por outro lado, há quem prefira destacar que a pobreza só existe em função da própria concentração de riqueza.

O fato é que vivemos em um mundo onde a riqueza dos mais poderosos cresce paulatinamente mais do que a própria economia. Reich denomina uma espécie de cultura como sendo cívica, que tem uma definição sustentada na visão da comunidade e da cidadania.

Veja-se o que ele defende:

Sua preocupação com a participação democrática e divisão da riqueza tem origem na convicção de que tais compromissos enriquecem a vida e confirmam a interdependência das vidas individuais. O motivo do lucro é um anátema para essa visão, uma vez que, aparentemente, dá ao egoísmo precedência sobre o bem

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/8-homens-tem-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-do-mundo>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

<sup>8</sup> Uma definição atual de *meritocracia* pode ser concebida como o predomínio numa sociedade, organização, grupo, ocupação, etc. daqueles que têm mais méritos, que, dentro de uma visão mercantilista e de um mercado de alta competitividade, mérito significa a obtenção de resultados desejados. Nota dos autores.

comum. A busca do lucro não pode ser a única norma de comportamento, sustenta essa visão, portanto, neste caso, não haveria uma distinção clara entre a empresa produtiva e o roubo, entre comércio voluntário e coerção. O medo e a cobiça sem controle destruiriam o tecido da comunidade. (1983, p. 14-15).

Assim, pela conclusão do autor, olhando-se para a realidade nacional e a internacional, vive-se um estado de coisas onde não há o predomínio do controle, proporcionando uma ilegítima morte da cidadania.

Diante desse contexto, enquanto os socialistas procuram, através da força e do poder do Estado, intervir nesses processos, os neoliberais apostam na livre-iniciativa e no setor privado, para alcançar os melhores resultados. Enquanto isso, se abre uma lacuna considerável entre as duas ideologias, e o que é mais lamentável é que ambas as propostas, dentro de uma perspectiva do real, se distanciaram, vistas como horizontes concretos para um mundo melhor.

O que se pode concluir, nesse quadro, é que o vício<sup>9</sup> de se defender acirradamente pontos de vista, não se tem deixado muito espaço à conciliação ideológica para a construção de um mundo melhor. Obviamente, a ganância e a ambição tanto pelo poder como pelo econômico, são inerentes ao ser humano e de forma muito acentuada.

Do ponto de vista teórico, na base do pensamento, quer seja do socialismo, quer do neoliberalismo, existem propostas com alguma coerência. Entretanto, do ponto de vista de sua praticidade, verifica-se um grande fosso em relação à dignidade humana, ou seja, pode existir uma boa intenção para a construção de uma sociedade mais justa, mais produtiva e, efetivamente, com pessoas mais felizes, com dignidade e cidadania. No entanto, tais pressupostos não conseguem avanços significativos. Talvez, uma das possíveis saídas seria um projeto educacional amplo, com o qual se buscasse uma educação ampla que privilegiasse a formação cultural do ser humano e não apenas a técnica e profissional. Porém, na essência do pensamento, seja de socialistas, seja de neoliberais, existe uma boa intenção: a construção de uma sociedade mais justa, mais produtiva e, efetivamente, com pessoas mais felizes, vivendo com dignidade e cidadania.

As pessoas de bem conseguirão ser mais efetivas nesse processo desenvolvimentista? Talvez, um eventual sucesso na educação de um número cada vez maior de pessoas possa ser um dos pontos de partida para se alcançar essa vitória. Quem sabe, uma verdadeira educação, com caráter amplo e democrático, com espaço para toda e qualquer reflexão e que privilegie sempre a formação do ser humano integral e não apenas o técnico ou o profissional possa mudar o rumo das coisas.

---

<sup>9</sup>O conceito de *vício* é muito amplo, e suas origens estão muito além dos efeitos químicos. Por exemplo, o vício dos jogos. Em uma análise mais profunda, até o próprio pensar pode ser considerado um vício. (Nota dos autores).



### 3 TENDÊNCIAS PRESENTES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Para a segunda década do século XXI, deslumbrava-se que se caminhava inevitavelmente para uma evolução da cidadania. Marshall (1967, p. 63) afirma que se está no caminho para uma igualdade social, e que a evolução da cidadania vem ocorrendo há pelo menos 250 anos. Pode ser que a consciência quanto à necessidade de uma igualdade social venha crescendo, mas ela continua no caminho inverso, como pode ser visto no relatório da Oxfam, sob o aspecto político-econômico. Talvez, por isso, seja possível considerar que, em termos de concepção de cidadania, a mesma se encontra presente em inúmeros debates na contemporaneidade.

Com o rompimento de paradigmas e a onda neoconservadora, as perspectivas se tornam nebulosas. Também há que se destacar que muitos ambientes como o de países em desenvolvimento (como o Brasil) têm seus próprios problemas, não só peculiares, mas, sobretudo, com um nível de gravidade mais sério, como é o caso da educação. Em todos os resultados do Programme for International Student Assessment (Pisa) – o Brasil sempre figurou nos últimos lugares, além de apresentar uma tendência de baixo crescimento. Entretanto, concebe-se que tal resultado avaliativo é apenas um dos indicadores para se analisar e avaliar os processos educacionais no Brasil.

Os autores deste artigo elaboraram um levantamento e um cálculo projetado, com base no resultado do Pisa até 2015,<sup>10</sup> no qual se constata que o Brasil necessitaria de 109 anos para se igualar à média do melhor resultado. Isso se os demais países mantivessem seus desempenhos atuais e se a média do crescimento que o Brasil obteve até agora continuasse exatamente nesse patamar.

A melhor análise parte dos números, seja pela observância quantitativa, seja pela qualitativa, para, depois, se agregar todas às demais variáveis possíveis, desde que pontualmente observáveis e de alguma forma mensuráveis. Essa é uma regra básica de gestão amplamente conhecida nos meios acadêmicos e, sobretudo, empresariais. A partir dessa premissa, foram apurados os dados existentes sobre todos os resultados do Pisa,<sup>11</sup> que foram agrupados pelos destaques que importam à análise do desempenho dos alunos brasileiros em comparação aos demais países, conforme pode ser visto na Tabela 1.

---

<sup>10</sup>Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-results-in-focus.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/sociedade/educacao/os-resultados-do-pisa-2012.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

<sup>11</sup>O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante, há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Tabela 1 – Desempenho comparativo do Brasil

PAÍS	MÉDIA DO PISA					
	2000	2003	2006	2009	2012	2015
BRASIL	368,33	383,00	384,33	401,00	402,00	395,00
FINLÂNDIA	540	516,66	552,66	543,66	529,33	522,66
COREIA DO SUL	541,33	507,66	542	541	542,66	519
TOTAL GERAL	509,39	481,05	465,14	475,44	474,78	463,14
N. DE PAÍSES	31	40	54	61	65	70
POSIÇÃO BRASIL	31	38	50	50	57	62

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações da nota 12.

Nesse comparativo apresentado na Tabela 1, o Brasil está equiparado com a Finlândia (5º lugar) e a Coreia do Sul (6º lugar). A justificativa é que ambos participaram das seis edições, e os que estão do 4º lugar para cima participaram de apenas uma ou duas edições.

Os números, que revelam os resultados de cada país, representam a média aritmética simples entre a avaliação da matemática, leitura e ciências de cada edição do exame. Em seguida, obteve-se a mesma média aritmética simples de cada edição pelo total, considerando-se o número de participações de cada um, respectivamente. Através das observações das áreas avaliadas, podem-se observar os caminhos e descaminhos das políticas educacionais.

O número total de países que participaram do exame foi de 82, sendo que, na primeira edição, 31 participaram, enquanto em 2015 chegou a 70, sendo a edição com o maior número de países.

Na Tabela 1, se constata que, na primeira edição, no ano 2000, o Brasil ficou em último lugar, depois, sucessivamente, ficou em antepenúltimo; em 2006 quatro países ficaram em posições piores; em 2009, 11 países ficaram atrás e, em 2012 e 2015, oito países tiveram um desempenho inferior ao do Brasil. Destaca-se que praticamente todos os países com os piores desempenhos que o Brasil são de economias mais fracas, e apenas o Qatar participou de quatro das seis edições. Os demais têm uma ou duas participações, o que dá menor consistência ao resultado absoluto de todas as edições, pois, ao contrário do Brasil, esses países não participaram de todas as avaliações.

Assim, no Brasil, com uma educação que apresenta uma gama enorme de problemas e, no referencial internacional, atinge as últimas colocações, vivenciamos um ambiente de altíssima corrupção, como a mídia tem revelado, boa parte dos políticos representa todo tipo de interesses, menos o público, o quadro é nitidamente desolador. Com essa fotografia, quem ousaria apontar, com segurança, os destinos desta Nação?

Singer, se referindo à liberdade e à igualdade, enquadra ambas em um contexto fundamental da organização, especialmente no econômico da sociedade, como se pode verificar:

A ideologia democrática parte de premissas diferentes. Coloca igualdade e liberdade no mesmo pé e nega a legitimidade dos resultados do jogo do mercado pelo fato de a sociedade capitalista estar dividida em classes, que agrupam, de um lado, os proprietários de capital e, do outro, os que são obrigados a ganhar a vida com seu trabalho. De acordo com essa ideologia, os detentores do capital entram no mercado com vantagens decisivas em relação aos trabalhadores, que dependem dos primeiros para poder participar da produção social. (1996, p. 6-7).

A razoabilidade de se pensar que a igualdade e a liberdade devam cada vez mais se valorizar é notória, mas a briga por espaços e a imposição de ideias individuais em detrimento do consenso, certamente afetará, de forma decisiva, os rumos que a consciência pública exige das pessoas: que lutem por uma cidadania plena, para que possam conduzir as nações a um patamar emancipatório.

Dentro dessa linha, enquadra-se a própria democracia, que tem sido defendida como um dos maiores patrimônios do ser humano. Entretanto, nem sempre a prática corresponde ao que teoricamente se defende.

Coutinho faz referência ao assunto, destacando que

a questão do vínculo entre socialismo e democracia marcou sempre, desde o início, o processo de formação do pensamento marxista; e, direta ou indiretamente, esteve na raiz das inúmeras controvérsias que assinalaram e assinalam a história da evolução desse pensamento.(1980, p.19).

Há exemplos que ficarão na história dessa valorização teórica da democracia, mas, ao mesmo tempo, há uma flagrante contradição relativamente ao que era praticado, muito diferente do que efetivamente se entende por democracia. É o caso da República Democrática Alemã (RDA), que foi o nome oficial da Alemanha Oriental, com regime essencialmente socialista. Há, também, o caso da República Popular Democrática da Coreia do Norte, a qual tem um governo totalitarista, que pratica um Estado socialista, com o unipartidarismo instalado. Em outras palavras, insere-se de forma contundente a democracia no nome do Estado, mas o que se nota é completamente diverso, fato que revela que até para os que não a praticam, a consideram importante, mesmo que seja para mascarar uma situação.

A tendência para a democracia é que ela siga buscando novos avanços e, com o compromisso dos cidadãos, especialmente da classe política, possa ser

cada vez mais aprimorada. Se isso se confirmar, será muito bom, pois é preciso lembrar que a democracia surgiu com os gregos, há aproximadamente 2.500 anos, época em que apenas uma pequena parcela da população podia dela desfrutar.

Singer (1996) escreveu que no fim do século XX existia uma disposição para minimizar as discrepâncias entre liberalismo e democracia, cunhando-se a expressão liberal-democracia ou democracia liberal. Essa propensão obedeceu a um fato histórico, que perdurou, de certa maneira, da década de 30 à década de 60 do século passado.

E o que se pode dizer a respeito das tendências ao socialismo? Pode ser muito duro afirmar que, cada vez mais, a essência de um socialismo real encontra-se ligada aos centros intelectuais, como uma utopia a ser perseguida.

Os países nórdicos, por sua vez, têm sido utilizados, indevidamente, como modelos socialistas. Em novembro de 2015, o candidato americano à presidência pelos democratas, Bernie Sanders, usou a Dinamarca como modelo de país socialista de sucesso em uma de suas preleções. Falou que esse era o modelo que desejaria implantar nos EUA, desconsiderando, de forma absoluta, o que por lá funciona, além, é claro, de se esquecer das grandes diferenças geopolíticas de ambos os países. Algum tempo depois, o próprio primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Løkke Rasmussen, decidiu retificar Bernie proferindo que a Dinamarca tem uma economia de mercado.

A respeito disso, Barreto alerta:

A economia do país é considerada como "welfarestate" por conta de elevados gastos públicos e cargas tributárias, mas também pela contrapartida gerada a partir destes. Não se pode ter um país funcionando dessa forma sem grande produtividade per capita e outras liberdades econômicas importantes. O país tem elevado grau de eficiência nas empresas, flexibilidade em suas regulamentações e há um sistema judicial justo. Apesar do Estado, e não por causa dele, a Dinamarca funciona muito bem. Por favor, não a chamem de Socialista novamente. Um país maravilhoso como é, não merece tal tratamento.<sup>12</sup>

O fato é que, a partir de certo momento, com uma economia forte e uma considerável renda per capita, iniciou-se um movimento nos países nórdicos a favor do Welfare State, inserindo, em suas realidades, alguns pontos interessantes do socialismo que acabaram "casando" muito bem em países com uma economia de mercado muito forte. Isso qualificou e elevou o padrão de vida de seus habitantes. Dessa forma, socialistas utilizam o modelo para defender suas ideias, enquanto os sociais democratas alertam ao fato de que

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/blogs/economia-e-politica/economia-com-renata-barreto/post/5311741/nao-confunda-modelo-nordico-com-socialista>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

isso só se tornou possível após os países terem se tornado fortes, além do fato de que, a partir desse momento, diminuiu seu crescimento econômico.

A partir dessas constatações, é possível afirmar que o socialismo poderá, certamente, se modificar, mas não desaparecer. Talvez seja o primeiro lado a ceder na tentativa de buscar melhores alternativas, juntando-se e se fundindo com as melhores teorias e práticas, para tornar o mundo melhor. Dito isso, pode parecer uma utopia, mas salvo sobressaltos como os das eleições de extremistas, é uma tendência racional para a qual se deve avançar.

Enfim, nessas análises e reflexões, é importante destacar que o papel do Estado também tem sido alvo dos fundamentalistas. Porém, muito além dessas ideologias sobre o papel do Estado, nada melhor do que trazer a definição de Locke:

O poder político é aquele poder que cada homem, tendo no estado de natureza, entregou nas mãos da sociedade e, dessa maneira, aos governantes que a sociedade colocou acima de si mesma, com a responsabilidade explícita e tácita de que ele seja empregado para seu bem e para a preservação de sua propriedade: Ora, esse poder, que cada homem tem no estado de natureza e ao qual renuncia em favor da sociedade em todos os casos em que a sociedade pode garanti-lo, consiste em lançar mão dos meios que considere bons e que a natureza lhe ofereça para a preservação de sua própria propriedade e punir a violação da lei da natureza por terceiros, de tal forma que, de acordo com o que a razão julgue mais acertado, possa conduzir da melhor maneira possível à preservação de si mesmo e do restante dos homens. Para que o fim e a medida desse poder, quando nas mãos de cada homem no estado de natureza, seja a preservação de toda sociedade – isto é, de todos os homens em geral – não pode haver nenhum outro fim ou medida, quando nas mãos dos magistrados, a não ser o de preservar a vida; a liberdade e as posses dos membros de tal sociedade; e, assim, não pode ser um poder absoluto, arbitrário sobre a vida e as fortunas dos homens, que, tanto quanto possível, têm que ser preservadas, mas, sim, um poder para elaborar as leis e anexar-lhes tais penalidades de modo que elas possam contribuir à preservação do todo, eliminando as partes, e somente essas que estiverem tão corrompidas que ameacem as partes sãs, sem o que nenhuma severidade é legítima. E esse poder tem origem somente no pacto e assentimento, e no consentimento mútuo dos que compõem a comunidade. (1955, p. 126-127).

O fato e o motivo para eleger e trazer aqui a definição de Locke se devem, sem dúvida, à sua lucidez e racionalidade, que transcendem a posição dos fundamentalistas. Ela oferece um conceito puro, a partir de uma visão contratualista, descrevendo, nessa perspectiva, qual é o verdadeiro papel do Estado. Além disso, Locke parte do próprio poder que cada ser humano detém no estado de natureza, o qual renuncia em favor da sociedade. Assim, destacam-se muitos aspectos elementares, dentre os quais a importância de exercer a política, como um papel transcendental, máster e imperativo para que pensamentos e ações do Estado, realizadas pelos eleitos e, em seu nome, entregar o melhor de si à sociedade.

Parte-se da premissa de que esses contextos, de olhar fundamentalista e ideológico, surgem da forma de ser, em que o sujeito atua de um modo fragmentado de si, pois está desvinculado de sua essência. Essa desvinculação é resultado de um viver separado de nossos desejos e sentimentos mais íntimos. Se nos detivermos a analisar a forma como se está organizando nossa vida, pode-se observar que as tarefas e atividades que são desempenhadas estão a serviço de cumprir rituais sociais e profissionais, que, na maioria das vezes, estão em desacordo com nossas aptidões e desejos, em termos de realização e significado.

Competitividade, consumismo, problemas ambientais, violência, atenção à aparência externa, desestruturação familiar, dependência química, competição, perda de vínculos, discriminação, etc. são algumas de nossas maiores mazelas. O pior de tudo isso é que, na maioria das vezes, o homem não se dá conta dessa situação. Está como que atordoado por e inconsciente desse cenário e, assim, segue na dualidade: julgando ou criticando o outro; responsabilizando alguém por suas ações e fortalecendo preconceitos. Isso tudo vai criando posições fundamentalistas, segundo as quais apenas se considera aquilo que se percebe, o que se vê, o que veio da minha cultura e de meu modo de ver o mundo.

Essa maneira de ser e de atuar está fundada no pensamento racionalista-cartesiano (ou em outra forma de nomear), que levou o mundo a grandes avanços, mas que agora se mostra insuficiente para lidar com o cenário mundial, enquanto somos seres humanos vivendo no Planeta. Essa abordagem focada no pensamento racional tem levado a população a dualismos, a uma separação entre a natureza e o ser humano, desencadeando consequências que influenciaram muito na forma de pensar e de conhecer.

As descobertas da Física Quântica e da Teoria da Relatividade, nos apresentam conceitos que colocam em xeque crenças do pensamento racional. Por exemplo, o entendimento de que as partículas subatômicas podem ser consideradas padrões de energia sugerindo que a realidade possa ser concebida como fluxo de energia, movimento, processo, em constante mudança, leva o homem a redimensionar sua forma de ver os fenômenos. Analogamente, descobertas da Química e da Biologia chamam a atenção para esse aspecto.

Prigogine (1996, 1997), para ilustrar isso, considera que os seres vivos podem ser caracterizados a partir de sistemas complexos abertos e sem equilíbrio,

funcionando às margens da estabilidade. Esse pesquisador, ganhador do prêmio Nobel em 1977, pelos seus estudos em termodinâmica, formula a teoria das estruturas dissipativas, donde podemos inferir que o tempo e a realidade estão irredutivelmente ligados. Moraes (1997), se referindo às ideias desse teórico, diz que o mundo surge da combinação entre "ordem e desordem", onde sistemas, altamente organizados, quando perturbados, poderão se alterar, modificando, dessa forma, o comportamento dos seus integrantes de forma inesperada e imprecisa, resultando em outra forma de organização. Desse modo, pode-se ver a realidade como um sistema plenamente ativo, de forma que os diferentes sistemas: social, político, familiar, escolar, dentre outros, encontram-se em constante sintonia e interdependência.

Por sua vez, Carvalho (2012) se refere ao pensamento de Prigogine, discorrendo que esse cientista defende uma visão alicerçada na unidade que há entre o ser humano e a natureza. Em oposição à visão mecanicista da Física clássica, busca resgatar o reencantamento pela natureza que o homem perdeu graças a uma visão determinista predominante.

Essas ideias são a gênese do pensamento sistêmico, que emerge da Ciência contemporânea, fundando formas diferentes de ver e entender a realidade, baseada em termos de processo, continuidade, fluxo e possibilidades; a auto-organização, a interconexão, a criatividade, a instabilidade e as flutuações. Esse arcabouço destaca, de forma especial, o papel da consciência, entendida como um modo de agir e de ser, ou seja, de experienciar, com presença e com atenção, na linha do que propõem pesquisadores como: Senge et al. (2007), Wheatley (2006a, 2006b), Jaworski (2014), Capra e Luisi (2014) e Varela et al. (2003).

Além da consciência, ou por conta dela, a autorresponsabilidade é outra conduta que aparece como relevante, juntamente com o autoconhecimento, para que os sujeitos busquem formas de ser e de estar-no-mundo com integridade, no sentido de atuar a partir de sua multidimensionalidade.

Integrar essa forma de ser à vida de cada um requer o quê? Que estratégias possam ser potencializadoras das transformações que o sujeito carece desenvolver para estar na vida desde essa perspectiva?

As ideias de Capra e Luisi (2014), no livro inspirador intitulado A visão sistêmica da vida, estão alinhadas a essas ideias. Os autores discutem questões relacionadas às redes do capitalismo e da sociedade civil global, sugerindo a importância de ser construído o que eles chamam de "economia geradora", a fim de se começar a transformar os problemas com os quais se está lidando na atualidade em todas as partes do mundo. Ao apresentar e argumentar sobre suas ideias, os autores enfatizam que os principais problemas de nosso tempo emergiram desde uma forma de ser e de estar-no-mundo, que não levou em conta a interligação e interdependência entre os fatos e fenômenos. Em sendo assim, são problemas sistêmicos e, dessa forma, carecem de uma abordagem que leve em conta características e princípios dessa base conceitual.

Discorrendo sobre esses problemas e as possibilidades de solução, os autores nos desafiam a, juntos, repensarmos nossa forma de ser e de estarmos

juntos, apontamos caminhos que podem nos levar a construir uma sociedade mais alinhada ao que todos almejam: justiça global e bem-estar para todos, incluindo os seres humanos integrados à natureza e ao Planeta.

Diante de todo esse quadro, da lamentável realidade e da posição dos fundamentalistas e diante de tudo que já se produziu no campo das ideias, o plano de estudos de Platão<sup>13</sup> deixou muitas saudades. O plano previa várias etapas, mas somente aos 50 anos estaria pronta a educação do ser humano, isso se tivesse sobrevivido e superado todas as provas e obstáculos. Ele saberia reconhecer a possibilidade de alcançar o objetivo supremo que é a ideia de bem.

Nesse contexto, poderia, então, exercer um cargo público, não simplesmente como uma honra, mas, sobretudo, como um dever. Tudo isso leva a se concluir que o desempenho e os valores das pessoas que comandam na contemporaneidade os Estados, estão muito distantes do que se idealizou e se produziu no campo das ideias de forma imaculada.

Quanto a essa tendência, sinceramente, quem ousaria afirmar algo?

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, grande parte dos debates acerca da nossa realidade política e econômica, muitas vezes, é desprovida de consistência científica, trazendo elementos midiáticos e provocando reflexões que não ultrapassam as barreiras do senso comum. Sem dados e elementos concretos, qualquer análise se torna incongruente, inútil.

Por outro lado, a ligação do comportamento a embates políticos e a vícios e sua conduta irracional é impressionante e, sem dúvida alguma, mereceria um aprofundamento por parte dos especialistas. É flagrante, portanto, mais um elemento que caracteriza o estado primitivo do ser humano, quer pelo seu modo de agir, quer pelo desconhecimento dos meandros que o levam, subitamente, a ter procedimentos dessa natureza, ou seja, desprovidos de lucidez.

Os embates e discussões acerca de políticas públicas, no Brasil, têm ficado num plano secundário, dando espaço para crimes de corrupção jamais vistos, além da luta famigerada pelo poder. O que tem transparecido lucidamente é que o bem comum, a população, está relegada a planos inferiores, por aqueles que deveriam priorizar a ideia de um Welfare State, ou qualquer outra ideia, desde que a preocupação e o foco fossem o cidadão.

As populações dos mais diversos países (desenvolvidos ou em desenvolvimento) parecem estar nitidamente no limite da tolerância, diante do estado das coisas, de forma generalizada. O flagrante dessa perspectiva tem,

---

<sup>13</sup> Disponível em:

<[Http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/academia/academia4.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/academia/academia4.htm)>.

Acesso em: 23 dez. 2011.



de fato, como expoente, as eleições, que bailam nas ondas de um neoconservadorismo. Resta saber o que virá a partir disso...

O relatório da Oxfam, que aponta a um contínuo aumento da desigualdade e, portanto, ao aumento da concentração de renda, fazendo com que poucos detenham a maior parte da riqueza mundial, sem que a maioria da população tenha condições mínimas de viver com dignidade, afronta o caráter do humano. Isso, particularmente, pode ser uma das maiores contribuições para esse estado de intolerância.

Por outro lado, há, de fato, bons motivos para se pensar no desenvolvimento da igualdade e da liberdade, destarte o quadro atual, pois cada vez mais, a lucidez, em face da importância e do valor desses elementos na vida das pessoas, se torna maior. Nesse "pacote", se insere a própria democracia, que deve se consolidar ainda mais. Isso não descarta a necessidade de aperfeiçoamento, como tudo que faz parte da vida, bem como de manter cuidado com o que pregam as ideologias extremistas que possam afrontá-la.

Por fim, diante de tantas posições antagônicas por parte dos fundamentalistas de todos os lados, existem exemplos de propostas avançadas, em diversos recantos do nosso planeta, as quais podem ser a esperança de que a humanidade poderá caminhar efetivamente em uma direção comum – a dos interesses dos povos – muito acima dos interesses particulares, econômico-pessoais e de poder, como, infelizmente, se constata em nosso país.

Quem sabe, no futuro, possamos resgatar boa parte dos conceitos de Platão e de outros teóricos para transformar ou resgatar o papel do Estado, que é o de atender ao bem comum, distante da possibilidade de ser refém de poderosos e de outros interesses afastados do seu sentido máximo.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política*. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 2, nov. 2012.
- BAQUERO, Marcello. *Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- CAPRA, F.; LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.
- CARVALHO, Alfredo; TEO, Igor; ARRAIS, Rafael. *Entre a esquerda e a direita: uma reflexão política*. 2016. Edição Eletrônica.
- CARVALHO, Rodrigo França. *Entrelaçamentos entre Bergson e Prigogine: tempo, ciência e natureza*. Revista da UEG, Goiânia, v.1, n.1, p. 103-118, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DRAIBE, S.; WILNÊS, H. *WelfareState, Crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: Vértice, v. 3, n. 6, fev.1988.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Welfare e experiências neoliberais: as três economias políticas do Welfare State*. Lua Nova, São Paulo, n. 24, set. 1991.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

LOCKE, John. *On civil government*. Chicago: Henry Regnery, 1955.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo:Hucitec, 1994.

MILLIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. In: CARDOSO; e MARTINS, (Org.). *Política e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1983. p. 62-70.

MORAES, M. C. *O Paradigma educacional emergente*. Campinas:Papirus, 1997.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*. São Paulo: Senac, 2001.

PLATÃO. *A República*. 7. ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

POULANTZAS, Nicos. *A noção de Estado em Marx*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Universidade Paulista, 1996.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Tradução de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincadeira. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REICH, Robert B. *A próxima fronteira americana*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

SENGE, Peter et al. *Presença: propósito humano e o campo do futuro*. São Paulo: Cultrix, 2007.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SINGER, André. *As raízes sociais e ideológicas do Lulismo*. *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, n. 85, nov. 2009.

SINGER, Paul. *Poder, política e educação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: Anped, n.1, 1996.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WHEATLEY, M. J. *Liderança para tempos de incerteza: a descoberta de um novo caminho*. São Paulo: Cultrix, 2006b.